

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>Capítulo 1 – IDEÁRIO PRINCIPOLÓGICO DO ACESSO À JUSTIÇA: UM BREVE HISTÓRICO DAS ORGANIZAÇÕES POLÍ- TICAS E ESTATAIS</b> .....	15
1.1 Poder político dos antigos.....	16
1.2 Poder político medieval.....	25
1.3 Poder político dos modernos .....	31
1.3.1 A Revolução Francesa e a Declaração dos Direitos do Homem como marcos do Estado Democrático de Direito.....	38
1.4 Uma mudança de paradigma: a Constituição do México (1917) e a Constituição de Weimar (1919).....	44
1.5 A experiência nacional.....	50
<b>Capítulo 2 – DO ACESSO À JUSTIÇA</b> .....	59
2.1 Panorama geral do conteúdo.....	61
2.2 O princípio constitucional do acesso à justiça.....	66
2.3 O acesso à justiça como direito fundamental.....	70
2.4 Os entraves à efetivação do acesso à justiça.....	75
<b>Capítulo 3 – PROPOSTAS DE SUPERAÇÃO DAS BARREIRAS IDEN- TIFICADAS</b> .....	91
3.1 Carência de recursos econômicos.....	92
3.1.1 Da assistência jurídica.....	92
3.1.2 Da defensoria pública .....	96
3.2 As “chicanas” processuais .....	102

---

3.3 A descrença da sociedade no judiciário .....	109
3.4 Capacidade jurídica pessoal.....	111
3.5 As condições da ação.....	115
3.6 O julgamento antecipado da lide .....	121
3.7 A conscientização em relação aos direitos difusos e coletivos .....	124
3.8 Aspectos simbólicos, psicológicos e ideológicos atrelados à noção de justiça e poder judiciário.....	126
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	131
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	135
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO</b> .....	139